

Imperativo da cidadania

O PRESIDENTE da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) chama o empresariado a assumir responsabilidade pela educação de parte da população brasileira. E por várias razões: porque a atual distribuição dos recursos públicos destinados à educação deixa à míngua o essencial — a universalização e a qualificação do ensino público fundamental; porque nossa economia requer profissionais bem mais qualificados do que os que se encontram à disposição; e porque nossas carências em educação são a mais pesada hipoteca sobre nossas perspectivas imediatas de desenvolvimento.

A ESSAS razões o empresário Mário Amato poderia ter juntado mais uma, que as sintetiza todas: porque é um imperativo da cidadania a que instituição alguma, pública ou privada, poderá se furtar. Ou se tem um Brasil em que a educação básica está ao alcance de todos, ou a consciência nacional desaparecerá, já que não existe consciência nacional numa sociedade em que se tolera a multiplicação ou a simples persistência de um contingente de milhões de degradados — os analfabetos, completos ou funcionais, à frente.

O APELO do Presidente da Fiesp não pode cair no vazio, como tem acontecido com as constantes e agudas críticas a nosso sistema de ensino, por uma falha de base: elas jamais serão vistas como positivas e sinceras, se desacompanhadas de alguma forma concreta de empenho pela causa. Os empresários, no setor da indústria, do comércio e dos serviços, precisam mostrar em que podem ajudar, conscientes de que devem ajudar.

MESMO porque é de domínio público que eles podem ajudar. Basta constatar quantos avanços do saber e do progresso técnico e científico qualquer instalação da empresa nacional já incorporou, no campo da Física, da Química, da Eletrônica, da Informática, sem realimentação alguma mais significativa de nosso sistema de ensino. No Brasil, não há apenas uma funesta distribuição da renda; há uma concentração iniqua dos benefícios do conhecimento. Por que não se unir, por exemplo, para o equipamento (material escolar básico, bibliotecas, laboratórios, instalações de educação física) e assistência (mediante cessão de quadros especializados) a escolas carentes de recursos, mas cujo desempenho fundamenta a esperança de pronto e excelente retorno? Não se conseguiria por

ai, além de suprir deficiências crônicas, desencadear uma auspiciosa inovação em pedagogia, administração escolar e tecnologia educacional?

E HÁ tantas outras instituições que podem tornar operacional esse esforço conjunto. Para destacar uma apenas: as Forças Armadas, como recentemente soube enfatizar o General Octavio Costa. Presentes em todo o território nacional, elas têm na ação educacional uma oportunidade de dar novo sentido a essa presença. E oportunidade suscitada por sua própria experiência: nos sistemas de ensino que souberam implantar para a formação de seus quadros; na educação e profissionalização que têm cuidado propício aos recrutas, sobretudo os das áreas mais remotas do País; e por força da adequação da instituição militar, perfeitamente sintonizada com o poder político, a iniciativas e projetos de educação de massa.

POR miserável que seja o atual perfil educacional do País, ele não é inalterável. Pode se modificar radicalmente e a curto prazo, como conseguiram, no passado e no presente, tantos países: sempre que na raiz da mobilização coletiva esteve a consciência da cidadania; e a incorporação ao projeto nacional de desenvolvimento.